UNIDADE IV

4.1- A LEGISLAÇÃO SOBRE DROGAS EM MINAS GERAIS

Na legislação mineira recente, encontramos documentos que regulamentam ações na área de atenção a usuários e dependentes de drogas. São eles:

- Decreto nº 44.107/2005, que cria o Programa Rede Complementar de Suporte Social ao Dependente Químico.
- Lei nº 16.276/2006, que dispõe sobre a atuação do Estado na prevenção, tratamento e redução de danos causados à saúde pelo uso abusivo de álcool e outras drogas.
- Decreto nº 44.360/2006, que institui a Política Estadual sobre Drogas e cria o Sistema Estadual Antidrogas.

O Decreto nº 44.107/2005

Este Decreto regulamenta a rede de suporte social constituída por entidades e grupos da sociedade civil que atuam no estado de Minas Gerais na área de prevenção, tratamento e reinserção social de dependentes de álcool e outras drogas.

A rede desses serviços está prevista na Política Nacional sobre Drogas (2005), e na Portaria do Ministério da Saúde – GM nº 2.197 (2004).

Esse Decreto define que os objetivos do Programa Rede Complementar de Suporte Social ao Dependente Químico são:

- Criar uma rede de cooperação entre as entidades e grupos da sociedade civil que atuam na área de prevenção, tratamento e reinserção social.
- Fortalecer e qualificar a atuação comunitária nessas áreas.
- Estimular a capacitação profissional e a realização de cursos e seminários.

O Decreto define ainda que as ações desse Programa serão desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, sob a coordenação de um grupo gestor que trabalhará em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e da Defesa Social. No ano de 2007, este Programa passou a ser desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude, na qual foi realocada a Subsecretaria Estadual Antidrogas.

A Lei nº 16.276/2006

Esta Lei define como será a atuação do Estado nas áreas de prevenção, de tratamento e de redução de danos.

Na prevenção, o Estado deverá desenvolver as seguintes ações:

- Campanhas permanentes de orientação e aconselhamento sobre os riscos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
- Campanhas permanentes de orientação para a prevenção do contágio de doenças transmissíveis associadas ao uso de drogas (AIDS e hepatites, em especial).
- Parcerias entre entidades governamentais, não-governamentais, educacionais e privadas.

Com a finalidade de reduzir os danos causados à saúde associados ao uso abusivo de drogas, a Lei autoriza:

VI – distribuição gratuita de preservativos, seringas, agulhas descartáveis e de outros insumos indispensáveis à prevenção de danos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, em consonância com a política de redução de danos do Ministério da Saúde, a ser feita por profissionais treinados e vinculados ao serviço público.

De acordo com esta Lei, o Estado deverá desenvolver também capacitação técnica para profissionais de saúde e assistência social da rede pública estadual e ações específicas para atenção aos usuários de drogas infratores.

A execução das ações previstas nesta Lei ocorrerá no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Decreto nº 44.360/2006

Além de instituir a Política Estadual sobre Drogas, que será apresentada logo a seguir, este Decreto cria o Sistema Estadual Antidrogas, que é composto com representantes do(a):

- ✓ Conselho Estadual Antidrogas.
- ✓ Subsecretaria Antidrogas.
- ✓ Secretaria Estadual de Saúde.
- ✓ Secretaria de Estado de Defesa Social.
- ✓ Secretaria de Estado de Governo.
- ✓ Secretaria de Estado de Educação.
- ✓ Polícia Civil.
- ✓ Polícia Militar.

Esse Sistema tem como objetivos: compatibilizar as ações do plano estadual, com as ações nacionais e municipais, estabelecer parcerias com o Legislativo, Judiciário e Ministério Público e articular ações públicas com as associações e entidades das áreas de prevenção, de tratamento, de reinserção social e ocupacional, de redução de danos sociais e à saúde e de pesquisas.

4.2- A POLÍTICA SOBRE DROGAS DE MINAS GERAIS

Em 2006, após a realização da I Conferência de Políticas Públicas Antidrogas, que forneceu subsídios para a elaboração de uma política, e, após a aprovação do Conselho Estadual Antidrogas, foi publicada a Política Estadual sobre Drogas de Minas Gerais.

São temas presentes em vários artigos e parágrafos da Política:

- A necessidade de assegurar dotação orçamentária e formas de financiamento necessárias à implementação das ações propostas.
- A necessidade de planejar e avaliar as práticas nas diversas áreas, criando subsídios para o desenvolvimento de novas práticas.
- A necessidade de desenvolver práticas baseadas em evidências científicas.
- O estabelecimento de redes de atenção a pessoas dependentes de álcool e outras drogas.
- O apoio às entidades da sociedade civil que compõem a rede complementar de suporte social na atenção aos dependentes químicos.
- A articulação das ações desenvolvidas com o governo federal e com os governos municipais.
- A necessidade de promoção da capacitação das pessoas que atuam na área de drogas.

A Política Estadual está alinhada com a Política Nacional sobre Drogas (2005) e também possui diretrizes das áreas de:

- ✓ **Prevenção**
- ✓ **Tratamento, recuperação e reinserção social**
- ✓ **Redução de danos sociais e à saúde**
- ✓ **Repressão**
- ✓ **Pesquisas**

Prevenção

São exemplos de diretrizes da área de Prevenção:

II. Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, ampliando os fatores de proteção e minimizando os fatores de riscos e danos associados ao uso e abuso de álcool e outras drogas.

X. Propor às diversas instâncias do poder público a promoção de eventos sociais, culturais, esportivos e educacionais que estimulem a qualidade de vida da população em geral.

Tratamento, Recuperação e Reinserção Social

São exemplos de diretrizes da área de Tratamento, recuperação e reinserção social:

I. Promover e garantir a articulação e integração em rede estadual das intervenções para tratamento, redução de danos sociais e à saúde, reinserção social e ocupacional entre o SUS, o SUAS e a Rede Complementar de Suporte Social na Atenção aos Dependentes Químicos.

XI. Fortalecer a rede complementar de Suporte Social na Atenção aos Dependentes Químicos, criada pelo Decreto 44.107, de 14/09/2005, estabelecendo por diretrizes a publicação de editais públicos, com o objetivo de incentivar financeiramente os grupos de suporte ao usuário de álcool e outras drogas, inclusive familiares, e ainda parcerias com universidades, faculdades e associações de apoio comunitário.

Redução de Danos Sociais e à Saúde

São exemplos de diretrizes da área de Redução de danos sociais e à saúde:

I. Reconhecer a estratégia de redução de danos, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos.

V. Garantir, promover e destinar recursos para o treinamento, capacitação e supervisão técnica de trabalhadores e de profissionais para atuar em atividades de redução de danos.

Pesquisa

São exemplos de diretrizes da área de Pesquisa:

II. Diagnosticar a prevalência do uso e abuso de substâncias psicoativas pela população, visando a implantação e implementação de programas e políticas públicas nos municípios.

VI. Criar na Subsecretaria Estadual Antidrogas o Observatório Estadual e de Informações sobre Drogas, com dados sobre o uso e abuso de álcool e outras drogas.

Repressão

São exemplos de diretrizes da área de Repressão:

I. Planejar e adotar medidas para tornar a repressão eficaz mediante ações coordenadas, harmônicas e concentradas, assegurando ao Judiciário, ao Ministério Público e às Forças Policiais a disponibilização de recursos técnicos, financeiros e humanos adequados para promover, sustentar e aprimorar em ação contínua o desmantelamento de organizações criminosas e de seus respectivos patrimônios, por meio da apreensão, perdimento de bens móveis e imóveis, destruição de substâncias tóxicas e ilícitas, priorizando a prisão de grande traficantes de drogas e o combate à corrupção, sem prejuízo de outras providências previstas no ordenamento legal.

Considerações sobre a Política Estadual sobre Drogas

Ainda que a Política Estadual sobre Drogas possua muitas proposições que até o momento não foram implementadas, podemos afirmar que as ações desenvolvidas pela Subsecretaria Estadual Antidrogas (órgão responsável pela coordenação da implantação desta Política no estado de Minas Gerais) estão previstas nesta Política. Entre essas ações, citamos:

- ✓ Realização de cursos de formação técnica para pessoas que atuam em organizações que compõem a rede de suporte social.
- ✓ Realização de cursos de especialização para pessoas que atuam na área de álcool e outras drogas.
- ✓ Financiamento de programas de prevenção.
- ✓ Realização de eventos culturais e esportivos com finalidade preventiva.
- ✓ Abertura de editais para financiamento de instituições (não componentes do SUS) que oferecem tratamento a dependentes de álcool e outras drogas.
- ✓ Abertura de editais para financiamento de pesquisas na área de drogas em Minas Gerais.
- ✓ Criação do Observatório Mineiro de Drogas.